

A economia feminista como ferramenta política da Marcha Mundial das Mulheres | Tica Moreno

13/10/2023

A trajetória da MMM da luta contra a pobreza e a violência ao enfrentamento do conflito do capital contra a vida.



Articulando teoria, prática e movimento, na Marcha Mundial das Mulheres a [economia feminista](#) é muito mais do que um conjunto de conceitos aplicados para explicar a economia: é uma estratégia para enfrentar o capitalismo racista e patriarcal e construir sociedades baseadas na sustentabilidade da vida.

A economia feminista nos ajuda a entender a realidade a partir dos lugares onde as mulheres vivem: onde estão organizadas e resistem aos ritmos e à violência do capital contra a vida, onde disputam cada centímetro de território com [transnacionais do agronegócio](#) e da [mineração](#) e onde constroem comunidades a partir das relações de [cuidado](#) com as pessoas e a natureza, da [produção agroecológica](#) e da economia solidária. Assim, a economia feminista não é uma teoria estanque, mas está em movimento – e é produzida pelo movimento. “É preciso passar da prática para a teoria”, diziam as militantes no Encontro Internacional nas Filipinas, em 2011, afirmando o feminismo popular como produtor de conhecimento.

Nos 25 anos do movimento, essa construção teórica e política tem sido feita a partir dos processos de organização, formação e luta. Nesse texto, recuperamos alguns marcos do processo que construiu essa visão política e apontamos alguns desafios do contexto atual.

Um pouco de história: marcos da elaboração da Marcha Mundial das Mulheres sobre a economia feminista

Enfrentar as causas da pobreza e da [violência](#) foram os eixos em torno dos quais a MMM se formou como um movimento anticapitalista e anti-patriarcal. [Desde sua origem](#), as militantes do movimento identificavam que era preciso aprofundar uma visão feminista comum sobre a economia. Era o período de aprofundamento da globalização neoliberal. Em 2001, as delegadas ao Encontro Internacional da MMM indicavam que não bastava incluir as mulheres nas políticas do liberalismo econômico. Era preciso questionar e transformar a lógica de acumulação do capital que orientam as políticas comerciais. Essa perspectiva desafiou as lógicas institucionalizadas então hegemônicas no feminismo internacional, que orbitava em torno da ONU.

As companheiras dos [países africanos](#) articularam a discussão sobre o modelo econômico com a [crítica à política de guerras](#). De acordo com o relatório deste Encontro, era preciso ir além da denúncia sobre os impactos da globalização na vida das mulheres e articular “alternativas levando sempre em consideração as preocupações específicas das grandes regiões do mundo que com muita frequência são esquecidas, reiterando a necessidade de construir um novo modelo de sociedade que tenha como premissa acabar com as guerras do mundo”.

As mulheres do Sul global sentiam como o mercado reorganizava suas vidas, e as militantes se encontravam nas lutas populares contra os tratados de livre comércio, [especialmente contra a ALCA](#), nas Américas, e contra a dívida externa, na África. A construção do feminismo popular, enraizado no território, tornava evidente que não bastava incluir as mulheres em um modelo econômico baseado em desigualdades e nas divisões internacional, sexual e racial do trabalho.

Quando as companheiras escutavam os possíveis impactos dos acordos de livre comércio em suas vidas, refletiam sobre como aquilo já era a sua realidade. Assim, denunciavam que tais [acordos eram instrumentos](#) para impedir a soberania dos países do Sul global, mantendo-os em uma relação subordinada às potências do Norte. A privatização dos serviços públicos – nas partes do mundo em que eles existiam – e a ausência deles iluminavam a sobrecarga que recaía sobre as mulheres com a ausência de apoio para a reprodução social – para a coleta da água, a preparação de alimentos, o cuidado e a educação das crianças, a atenção às pessoas doentes.

Lendo, em 2023, os registros dos documentos e Encontros Internacionais da MMM, dois aspectos dessa construção se destacam. Por um lado, a insistência na necessidade de propor alternativas e de impulsionar práticas feministas de transformação, eixo de ação no qual a economia feminista foi ganhando relevância. Por outro, a construção de alianças estratégicas nas quais, ao mesmo tempo em que se constrói unidade e força na ação comum, as elaborações de cada organização vão sendo incorporadas pelas outras, em um processo de “interpolinização” das lutas.

Isso permite avançar em sínteses programáticas. Alguns exemplos: em 2003, no Encontro Internacional em Ruanda, apresentou-se o planejamento de um grupo de trabalho sobre Alternativas Econômicas, que envolvia diferentes coordenações nacionais em um processo de elaboração comum. A partir desse espaço, também se fortaleciam alianças. As assembleias dos movimentos sociais no processo do Fórum Social Mundial significavam um momento importante de articulação, assim como as lutas contra a Organização Mundial do Comércio, processos nos quais se construiu uma aliança muito próxima com a [Rede Mulheres Transformando a Economia \(Remte\)](#) e com [as mulheres da Via Campesina](#). Essas duas contribuíram muito para as formulações da MMM sobre economia feminista e sobre [soberania alimentar](#).

Em 2006, a declaração final do Encontro Internacional realizado no Peru apontava três aspectos fundamentais em nossa elaboração: a necessidade de romper com a separação capitalista e patriarcal entre produção e reprodução – que desvaloriza e subordina a reprodução social –, a crítica aos efeitos devastadores do neoliberalismo e da militarização sobre o planeta e a denúncia de que o imperialismo impede a soberania dos povos sobre seus territórios, suas nações e sua política. Estes são aspectos que seguem compondo os desafios do tempo presente.

No mesmo sentido, quando a Marcha Mundial das Mulheres define quatro campos de ação, nos marcos da [3ª Ação Internacional de 2010](#), a economia feminista aparece explicitamente como um princípio a ser desenvolvido, como parte do campo de ação sobre trabalho e autonomia econômica das mulheres. Esse campo de ação organizou a visão do movimento em torno da defesa de igualdade, direitos e seguridade social para todas as trabalhadoras, com destaque para as [migrantes e as trabalhadoras domésticas](#), e colocava no centro da denúncia o papel das empresas transnacionais na exploração do trabalho das mulheres.

Segundo esse documento: “A economia feminista é útil para visibilizar as experiências das mulheres e sua contribuição para a economia, além de mostrar como a produção mercantil não está desvinculada da reprodução, ou seja, a produção das pessoas e da vida. Isso inclui desde a gravidez e o parto, ao cuidado das

crianças, doentes e idosos e mesmo dos homens adultos para que estejam disponíveis e saudáveis para trabalhar no mercado. Cuidado implica não só a alimentação, limpar a casa, lavar e passar, mas também o afeto, a segurança emocional e a sustentação da rede social que mantém juntas as famílias, vizinhos e comunidades.”

A sustentabilidade da vida no centro

Na última década, a formulação sobre a economia feminista na Marcha Mundial das Mulheres avançou muito. A participação nas mobilizações internacionais [contra as falsas soluções](#) para a crise climática contribuiu para a afirmação da economia feminista como solução popular para as causas da crise multidimensional que enfrentamos. Economia feminista, soberania alimentar e [justiça ambiental](#) se retroalimentam e, a partir dos territórios concretos e das alianças estratégicas, afirmamos a interdependência e a ecodependência como base das relações entre as pessoas e das pessoas com o planeta.

A economia feminista se consolidou como estratégia da MMM e nos orienta diante dos desafios da conjuntura. Foi assim durante a [pandemia de covid-19](#), quando em todas as partes em que estamos organizadas nos mobilizamos para cuidar da vida a partir da solidariedade popular e da reivindicação da reorganização social do cuidado nas políticas de recuperação econômica.

Também nesse período, a economia feminista foi um dos eixos do nosso processo de formação feminista, na [Escola Internacional de Organização Feminista Berta Cáceres](#) (IFOS, sigla em inglês). A força da [economia feminista como proposta e estratégia ficou evidente na Escola](#), assim como o reconhecimento da diversidade das experiências, das lutas e das práticas feministas de transformação da economia que as mulheres constroem em todo o mundo. Nesse caminho, se avançou na síntese programática que aponta a economia feminista como estratégia baseada na sustentabilidade da vida e na soberania alimentar.

Incorporamos a perspectiva de que o [conflito do capital contra a vida](#) se aprofunda no atual período. Essa visão não se fragmenta, mas percebe como os processos que sustentam a vida são atacados cotidianamente pela lógica de acumulação do capital. A sustentabilidade da vida é incompatível com o capitalismo. Não é possível um capitalismo humano, nem pintado de verde ou de lilás, como as empresas transnacionais têm se apresentado mundo afora. Para enfrentar o capitalismo racista e patriarcal, não bastam apenas discursos. É preciso construir força popular e lutas concretas. Na MMM, a identificação das lutas comuns é um método de construção que nos conecta do âmbito local ao internacional, em um movimento circular: mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo.

A economia é inseparável da política. Também por isso, a economia feminista é uma ferramenta para enfrentar a difícil conjuntura política atual, em nossos locais, e também internacionalmente. Isso significa atualizar nossa compreensão sobre o conflito capital-vida no atual contexto de proliferação de autoritarismos de extrema direita, profundamente imbricados com o autoritarismo do mercado, operado pelo poder corporativo das empresas transnacionais. O conservadorismo heteropatriarcal e racista se exacerba, com uso de todas as formas de violência para tentar disciplinar os corpos e sexualidades dissidentes. O [imperialismo estadunidense](#), junto com seus aliados, lança mão de todos seus instrumentos – sanções, bloqueios, golpes, criminalização, guerras híbridas e totais – com o objetivo de minar toda forma de contra-hegemonia e soberania dos povos.

Como conjugar a desdolarização com a integração dos povos visando processos econômicos que promovam a sustentabilidade da vida, reconhecendo e respeitando as diversidades de formas de produção do viver? Quais estratégias devemos ter para por fim às guerras atuais e impedir a eclosão de novas, garantindo que a riqueza produzida pelo povo seja investida no bem viver? Como articular soberania alimentar, energética e tecnológica nos projetos feministas e populares?

Para pensar em novas questões e ensaiar respostas coletivas, recuperamos a [elaboração da Marcha Mundial das Mulheres da região das Américas na 5ª Ação Internacional do movimento](#), em 2020. Buscando responder o que significa colocar a vida no centro, elas afirmaram que “é parte da sustentabilidade da vida: A livre

autodeterminação dos nossos corpos e territórios; olhar para nossa história, memória, conhecimento e práticas ancestrais dos povos indígenas e negros, e das mulheres; mudar as lógicas e formas de consumir, produzir, reproduzir a vida; tornar visível, reconhecer e, sobretudo, reorganizar o trabalho doméstico e de cuidado, com corresponsabilidade entre homens, comunidades, o Estado e as mulheres; projetar sistemas de justiça que não reforcem a opressão e reconheçam a cidadania dos migrantes e as dissidências sexuais; povos soberanos, e democracias baseadas no poder popular; serviços públicos que garantam a reprodução social e Estados que construam suas políticas a partir do comum e do reconhecimento dos valores comunitários, como a autogestão; desmercantilização da vida e dismantelar o poder das transnacionais; enfrentar a financeirização da vida e o endividamento, fortalecer a economia real, a economia a serviço da humanidade e sua vida em harmonia com o planeta e com o resto de seus habitantes”.

*Redação por **Tica Moreno***

*Edição por **Helena Zelic***

Via Capire

Compartilhe nas redes: